

APRESENTAÇÃO

A Revista CNJ inicia 2023 com uma novidade em sua publicação: o lançamento de seção dedicada a publicizar os ricos pareceres técnicos solicitados pelo Conselho Nacional de Justiça a especialistas e instituições. Os pareceres são utilizados para a instrução processual de matérias em deliberação no CNJ, em que os Conselheiros e Conselheiras solicitam manifestação, seja por sua natureza técnica e/ou impacto social. Nesta edição, Eduardo Rezende Melo, do Fórum Nacional da Infância e Juventude (FONINJ), analisa se os critérios étnico-raciais do formulário do Sistema Nacional de Adoção (SNA) representam discriminação indireta e se são contrários ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O parecer vai ao encontro da temática da Revista CNJ deste semestre, que publica 10 artigos inéditos que se debruçam sobre o Sistema de Justiça e o Poder Judiciário, com enfoque em três eixos temáticos: defesa dos Direitos Humanos, proteção de dados e segurança cibernética.

Nesse sentido, a presente publicação é composta por 10 artigos, que se debruçam em temas como: violência doméstica em mulheres em situação de rua na pandemia da covid-19; análise da extinção da pronúncia como meio de celeridade processual e tutela aos direitos humanos; panorama comparativo da legislação de proteção de dados nos estados-membros do Mercosul; papel do Poder Judiciário na efetivação de um constitucionalismo feminista; combate aos vieses raciais nos programas de reconhecimento facial; segurança cibernética no escopo da LGPD; reflexões sobre políticas judiciais transparentes, eficientes e responsáveis; importância dos critérios fundamentados em evidências na aplicação das medidas socioeducativas e uma análise sobre as Recomendações do CNJ, em especial a n. 123/2022, que recomenda a utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Para elucidar e introduzir o, muitas vezes, espinhoso tema da proteção de dados e segurança cibernética, convidamos a ilustre Profa. Ana Frazão, que nos apresenta um raciocínio claro e didático sobre a proteção de dados, a inteligência artificial e os modelos de regulação. Em um diálogo leve e objetivo, os leitores e leitoras da Revista têm a oportunidade de conhecer as reflexões da Profa. Ana Frazão, enriquecendo ainda mais o debate sobre os temas abordados.

Na Seção de Jurisprudência, são publicados 7 votos selecionados pelos Conselheiros e Conselheiras do CNJ: Ministro Luis Felipe Salomão, Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Conselheiro Marcello Terto e Silva, Conselheiro Marcio Luiz Freitas, Conselheiro Mario Goulart Maia, Conselheiro Richard Pae Kim e Conselheira Salise Monteiro Sanchotene. Os votos são publicados na íntegra e apresentam um panorama dos temas debatidos em Plenário no primeiro semestre de 2023.

Agradeço aos autores e autoras pelo esforço admirável em desbravar as temáticas e compartilhar os resultados de suas pesquisas. E, aos ilustres pareceristas, sem os quais não seria possível manter o grau de excelência dos dossiês publicados pela Revista CNJ.

Por fim, não poderia deixar de registrar meu agradecimento aos Conselheiros e Conselheiras do CNJ, por suas contribuições à Seção de Jurisprudência, que enriquece a **Revista CNJ** com os brilhantes votos selecionados.

Boa leitura!

RICARDO FIOREZE

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

